

ACP da Defensoria de Minas Gerais pede indenização ao Estado por omissão em preservar a vida de detentos LGBTI+

Somente neste ano, cinco pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria tiraram a própria vida. Mais duas pessoas tentaram, mas não consumaram o autoextermínio

PÁGINA 2

Homem é condenado pela Justiça por tentativa de furto de 8 balas e um biscoito. DPMG irá recorrer

PÁGINA 3

Juiz acolhe pedido da DPMG para universidade implantar acessibilidade em aulas remotas

PÁGINA 3

Defensoria Itinerante realiza atendimento para moradores de rua em Sete Lagoas

A Defensoria Pública de Minas Gerais, em parceria com Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas (Comad), realizou atendimento às pessoas em situação de rua do município de Sete Lagoas, por meio da Defensoria Itinerante.

O atendimento itinerante aconteceu na sexta-feira (25/6) e se concentrou nas áreas Cível, Família, Execução Penal e Criminal. Participaram os defensores públicos Frederico Newman Figueiredo de Araújo, coordenador Local em Sete Lagoas, e Lincoln Soares, e as defensoras públicas Nívea Lacerda, Juliana Teichmann dos Santos e Danielle Fróes Soares dos Santos, todos em atuação na unidade da DPMG na comarca.

Lincoln Soares ressaltou que é trabalho da DPMG fazer o acolhimento jurídico e prestar assistência. “Nosso objetivo é fornecer todas as informações nas diversas

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



matérias criminais, execução criminal, na área de família, e ajudar essa população no que for necessário em questões relacionadas à matéria jurídica e problemas jurídicos que elas eventualmente tenham”, acrescentou o defensor público.

CORONAVÍRUS • COVID-19

Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque • Na mídia **PÁG. 2 a 5**
- Defensoria de Minas recomenda que PBH vacine grávidas e puérperas sem relatório médico** **PÁG. 4**
- > Mundo oficial **PÁGINA 6**
- > Inspirando novas atitudes • Escola Superior **PÁG. 7 e 8**
- > Procedimentos e comunicados internos **PÁGINA 10**

AÇÕES EM DESTAQUE

ACP da Defensoria Pública de Minas Gerais pede indenização ao Estado por omissão em preservar a vida de detentos LGBTI+

A Defensoria Pública de Minas Gerais ajuizou ação civil pública (autos nº 5001703-76.2021.8.13.0301) contra o Estado de Minas Gerais, pedindo o pagamento de indenização por danos morais coletivos, em favor das pessoas presas na Ala LGBTI+ da Penitenciária de São Joaquim de Bicas I, devido à omissão da unidade prisional em adotar medidas de prevenção ao suicídio. Só neste ano, entre os meses de janeiro e junho, o presídio com ala LGBTI+ de São Joaquim de Bicas registrou cinco casos de autoexterminio consumados, além de duas tentativas.

Conforme documentos anexos à ACP ajuizada pela DPMG, a administração foi advertida de que essas pessoas sofriam de agravos de saúde mental e apresentavam riscos de tirar a própria vida, mas mesmo assim não foram tomadas providências para evitar a ocorrência das mortes. Segundo a defensora pública Camila Sousa dos Reis Gomes e o defensor público Paulo Cesar Azevedo de Almeida, que assinam a ACP, além da omissão estatal em preservar a saúde e a vida dos detentos com doenças psiquiátricas, a unidade prisional também foi negligente em adotar cautelas no fornecimento e administração de medicamentos aos presos.

Na ACP, datada de 24 de junho, a Defensoria pede que o Estado seja condenado a implantar uma unidade

básica de saúde no interior do estabelecimento prisional, tendo em vista as demandas específicas das pessoas LGBTI+ privadas de liberdade.

Para o defensor público Paulo Cesar de Almeida, a propositura da ação civil pública no mês em que se comemora o Orgulho LGBT é significativa. “Apesar dos direitos conquistados pela comunidade LGBTI+ na última década, desde o reconhecimento da constitucionalidade da união estável homoafetiva pelo STF, ainda há muito que se avançar nessa temática. Os índices de violência LGBTfóbica no Brasil são assustadores e mostram que a luta por respeito e dignidade deve se dar em todas as esferas de convívio social, exigindo a melhoria das estruturas estatais e o urgente aprimoramento de políticas públicas direcionadas a essa minoria”, ressalta.

Segundo o defensor público, pessoas LGBTI+ encarceradas são expostas a um nível ainda mais agravado de vulnerabilidade e violência. “Por isso, celebrar o Orgulho LGBT não passa apenas por reconhecer e comemorar as conquistas. Pelo contrário: exige que novas lutas sejam travadas para a construção de uma sociedade mais justa, civilizada e respeitosa. E a Defensoria Pública de Minas quer fazer parte dessas mudanças e construções”.

[Leia a matéria na íntegra](#)



NA MÍDIA

Defensoria entra com ação contra o estado por omissão após suicídios de detentas da ala LGBT de penitenciária da Grande BH

[G1 Minas](#)

Defensor público comenta ação contra o estado por mortes em presídio

[Rádio Itatiaia](#)

Defensoria pede indenização ao Estado por omissão em preservar a vida de detentos LGBTI+

[MGTV 2ª edição](#)

Defensoria Pública mineira pede indenização por omissão à vida de pessoas LGBTI+ presas

[Portal CNJ](#)

Defensoria Pública e deputados querem esclarecer suicídios em penitenciária da RMBH

[MGTV 2ª edição](#)

Ex-detenta de ala LGBTI+ de penitenciária da Grande BH denuncia maus-tratos

[Portal G1 Minas](#)

Defensoria de Minas pede indenização pela morte de 5 em setor LGBTQIA+ de prisão

[Portal CNN Brasil](#)

Ala LGBTQIA+ de presídio em São Joaquim de Bicas sofre com onda de mortes

[Portal O Tempo](#)

Famílias de mortos em ala LGBT de São Joaquim de Bicas podem exigir indenização

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG) ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) contra o governo de Minas Gerais em relação à onda de suicídios registradas na ala LGBT de São Joaquim de Bicas

[Portal O Tempo](#)

Minas tem primeiro presídio LGBTQIA+ do Brasil

[Portal O Tempo](#)

Após suicídios, penitenciária da Grande BH vai abrigar apenas presos LGBTQIA+

[Portal G1 Minas](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Homem é condenado pela Justiça por tentativa de furto de 8 balas e um biscoito. DPMG irá recorrer

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que seja aplicado o princípio da insignificância em face à acusação de tentativa de furto qualificado de oito balas e um biscoito, avaliados em R\$1,79, em Poços de Caldas. As balas e o biscoito foram devolvidos ao dono.

Em julho de 2019, o acusado D.A.P. foi absolvido em primeira instância, em razão da aplicação do princípio da insignificância, sendo a decisão contestada pelo Ministério Público.

No último dia 26 de maio, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais acolheu o recurso do Ministério Público e condenou D.A.P. por tentativa de furto qualificado, com

pena de oito meses de reclusão, em regime semiaberto.

Princípio da insignificância – Com frequência, o Superior Tribunal de Justiça aplica o princípio da insignificância para absolver acusados da prática de crimes de furto em situações análogas. De acordo com o estudo realizado pelo Núcleo de Atuação Junto aos Tribunais Superiores em Brasília de agosto de 2017 até agosto de 2020, dos 58 *habeas corpus* obtidos em atuação da DPMG junto ao STF no período, 30 tiveram como fundamento o princípio da insignificância penal, quase a sua totalidade relacionada a crimes patrimoniais, como furto e apropriação indébita.

[Leia a matéria na íntegra](#)



NA MÍDIA

Defensoria recorre de sentença de homem condenado por tentar furtar balas e biscoito em Poços de Caldas, MG

[Portal G1 Sul de Minas](#)

Homem é condenado por tentar roubar balas e biscoito e Defensoria de MG recorre

[Portal BHAZ](#)

Homem é condenado por tentar furtar balas e biscoito na casa do tio

[Portal R7 - 30/06/2021 - 19H20](#)

Homem é condenado por tentativa de furto de 8 balas e um biscoito

[Portal Onda Poços](#)

Defensoria recorre de sentença de homem condenado por tentar furtar balas e biscoito em Poços de Caldas, MG

[Portal Jornal Região Sul](#)

Por tentativa de furto de oito balas e um biscoito, homem é condenado a oito meses

[Portal Catraca Livre](#)

Por tentativa de furto de oito balas e um biscoito, homem é condenado a oito meses

[Portal MSN](#)

Juiz acolhe pedido da DPMG e universidade de BH terá que implantar acessibilidade nas aulas remotas para aluna com deficiência auditiva

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), uma aluna com deficiência auditiva, matriculada no primeiro período do curso de Medicina da Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas – Unifenas, campus de Belo Horizonte, teve garantido o seu direito à educação.

A ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais e pedido de tutela provisória antecipada de urgência foi proposta pelo defensor público Estêvão Machado de Assis Carvalho, coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.

A estudante tem neuropatia auditiva, patologia que se caracteriza pela dificuldade na compreensão das palavras e da fala das outras pessoas, e faz leitura labial para entender o que os outros dizem. Aprovada para o curso de Medicina, a estudante trancou sua matrícula por seis meses a pedido da universidade para que a instituição implantasse recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva para recebê-la de forma adequada. Depois desse tempo, a aluna passou a efetivamente a frequentar o curso. Porém, mesmo após o transcurso dos seis meses solicitados, a universidade não se preparou de forma adequada para recebê-la.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE

Juiz acolhe pedido da DPMG e universidade de BH terá que implantar acessibilidade nas aulas remotas...

Continuação da página 3 >>

O juiz de Direito da 8ª Vara Cível emitiu decisão no dia 28 de junho, acolhendo parcialmente a tutela de urgência e deu prazo de 30 dias para a universidade implantar o serviço de estenotipia para todas as atividades remotas que a estudante participar. O magistrado fixou a aplicação de multa diária de R\$ 200, limitada a R\$ 20 mil, a ser revertida em favor da aluna.

Em sua decisão, o juiz mencionou a relação de consumo entre as partes e afirmou que a Instituição de Ensino Superior deve prestar os serviços de forma íntegra, fornecendo as condições físicas, materiais e ambientais de desenvolvimento do curso, de acordo com os preceitos basilares da legislação consumerista.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais recomenda que PBH vacine grávidas e puérperas sem relatório médico

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) emitiu recomendação à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para que todas as gestantes e puérperas do município sejam vacinadas contra a Covid-19, independentemente de apresentarem comorbidades e sem necessidade de relatório ou prescrição médica.

Dirigido à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e datado de 24 de junho, o documento é assinado pelas Defensorias Especializadas: dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Cível (DEDICA-Cível), na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), de Saúde e em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

Entre seus argumentos, a DPMG cita recomendações no mesmo sentido feitas pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e pela Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais. A Defensoria Pública também argumenta que as gestantes e puérperas foram incluídas como grupo de risco para a Covid-19 em maio de 2020 pelo Ministério da Saúde.

Conforme a Instituição, “a exigência do relatório como requisito para imunização pode representar barreira de acesso considerável para campanha de imunização em massa de gestantes, pois várias mulheres precisam esperar semanas para uma consulta com o profissional responsável pelo pré-natal e alguns médicos ainda se recusam a assinar laudos com a recomendação”.

A Defensoria Pública pede ainda que a Prefeitura divulgue a campanha de vacinação para este público, informando os documentos necessários para a vacinação. Segundo a DPMG, a divulgação é necessária, “tendo em vista a confusão provocada pela divergência de diretrizes com o Poder Executivo Estadual em relação à

vacinação deste grupo, fato que pode frustrar a campanha de vacinação em massa”.

A recomendação dá prazo de cinco dias para a PBH dar uma resposta sobre quais as providências efetivadas.

Assinam o documento defensoras e defensores públicos gestores do projeto “Gestação Legal”, da DPMG, de educação em direitos voltado para gestantes: Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, Maria Cecília Pinto e Oliveira, Samantha Vilarinho Mello Alves, Júnia Roman Carvalho, Eden Mattar e Bruno Barcala Reis.

[Clique aqui para ler a recomendação.](#)



Defensoria recomenda que BH vacine grávidas e puérperas sem relatório médico

[Portal O Tempo - 25/06/21 - 18h57](#)

Defensoria Pública recomenda vacinação de grávidas e puérperas sem relatório médico em BH

[G1 Minas - 25/06/2021 18h19](#)

Defensoria pede que BH vacine todas as gestantes e sem laudo

[Portal R7 - 26/06/2021 - 12H28](#)

Defensoria recomenda que BH vacine grávidas e puérperas sem exigência de relatório médico

[Portal Hoje Em Dia - 25/06/2021 - 21h39](#)

Defensoria aguarda resposta da Prefeitura de BH sobre vacinação de gestantes sem relatório médico

[Portal G1 - 29/06/2021 12h26](#)

Defensoria Pública recomenda imunização de grávidas e puérperas sem relatório médico em BH

[MGTV 1ª edição - 29/6](#)

NA MÍDIA

Defensora pública fala sobre pluriparentalidade em entrevista ao programa *Manhã Vitoriosa*

A defensora pública Mônica Alves da Costa, em atuação na Defensoria Pública de Minas Gerais em Ituiutaba, falou sobre pluriparentalidade em entrevista ao programa *Manhã Vitoriosa*, da TV Vitoriosa. A reportagem foi ao ar no dia 26 de junho. Na entrevista, Mônica Costa explicou o que é pluriparentalidade e os critérios de filiação. Falou sobre a paternidade e maternidade socioafetiva, como é realizado seu reconhecimento, inclusive de forma extrajudicial, e as consequências decorrentes. Também foram entrevistados assistidos da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) que, por meio da Instituição, conseguiram ou estão em processo de reconhecimento da maternidade socioafetiva, embora o mais comum seja o reconhecimento da paternidade socioafetiva.



[Clique aqui para ver a reportagem.](#)

RETORNO ÀS AULAS – 25 e 29/6

Alunos do 4º ao 9º ano das escolas municipais de BH já têm data para retorno presencial

[Bom Dia Minas](#)

Prefeitura de BH anuncia retorno de alunos do 4º ao 9º ano

[MG Record](#)

Alunos a partir do 4º ano do ensino fundamental estão ansiosos para a volta às aulas

[MGTV 1ª edição](#)

Aulas presenciais em Contagem e em Betim, na Grande BH, serão retomadas em agosto

[MGTV 2ª edição](#)

Alunos do ensino infantil podem voltar no início de agosto, em Contagem

[MGTV 2ª edição](#)

REDUÇÃO DE PENA – 26/6

Detento consegue redução da pena depois de conseguir concluir o ensino fundamental estudando sozinho

[G1 Minas](#)

Preso estuda por conta própria e consegue remição de pena

[Portal Diário do Aço](#)

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – 28/6

Defensor público fala sobre programa da DPMG que cria rede de proteção a pessoas com deficiência

[Alerta/Super - 28/6](#)

CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE

Defensoria de Minas é parceria em campanha de arrecadação de alimentos em Januária

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Januária é parceira da ação **“Alimente uma Vida. Sua Solidariedade é um Prato Cheio”**. A campanha é realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca para arrecadar cestas básicas. Os alimentos serão destinados às 700 famílias que se

cadastraram no Cejusc, em situação de vulnerabilidade acentuada pela pandemia da Covid-19 na comarca. Já foram distribuídas cerca de 300 cestas.

As doações podem ser entregues, **até o dia 31 de julho**, na sede da DPMG em Januária – Rua Coronel Serrão nº 43, Lj. 1 – Centro – das 8 às 17 horas.

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral recebe visita do vereador Guilherme Morais, de Brumadinho

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu na quarta-feira (30/6) a visita do vereador de Brumadinho, Guilherme Morais. Na ocasião foram tratados assuntos institucionais.

Também estiveram presentes a chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e o defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho, coordenador do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, que atua em Brumadinho.

Encontro na Apac-Santa Luzia alinha formato de atendimento aos recuperandos



Os defensores públicos Ana Paula Carvalho Starling Braga e Bruno Freire estiveram na Associação de Proteção ao Condenado (Apac) de Santa Luzia, no dia 25 de junho. O objetivo da visita foi alinhar o formato de atendimento aos recuperandos. Eles foram recebidos pelo presidente da Fbac e juiz cooperador da Execução Penal de Santa Luzia, Luiz Carlos Rezende Santos, e pelo desembargador Armando dos Anjos

A defensora Ana Paula Starling atua na Defensoria de Execuções Penais e é conselheira da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), entidade mantenedora das Apacs. O defensor público Bruno Freire é o coordenador Local da DPMG em Santa Luzia.

Reunião no Complexo Penitenciário Feminino trata de melhorias às assistidas



As defensoras públicas Ana Paula Carvalho Starling Braga e Ariane de Figueiredo Murta participaram na segunda-feira (28/6) de reunião, no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP), para tratar das melhorias às assistidas que se encontram recolhidas. Presentes também o juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) de Belo Horizonte, Marcelo Augusto Lucas Pereira, integrantes da direção da Penitenciária Feminina Estevão Pinto (PIEP) e representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

Segundo a defensora pública Ana Paula Starling, a reunião foi finalizada com êxito, com a apresentação de sugestões acolhidas por todos os presentes, visando melhorias significativas no alojamento do regime semiaberto do CPFEP.

CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE

DPMG participa da Campanha #CalorHumano: “Distribua abraços, doe um agasalho”

A 7ª edição da campanha #CalorHumano está arrecadando roupas, cobertores e acessórios de inverno, em bom uso, para doar às entidades socioassistenciais que atendem idosos, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no estado.

A campanha vai **até o dia 31 de agosto**.

Além da Defensoria Pública, diversos parceiros solidários se juntaram em uma grande mobilização social em prol de todos os mineiros que hoje estão com dificuldades de conseguir um agasalho. Em Belo Horizonte, são 27 pontos para recebimento da doação.

[Saiba mais informações e pontos de coleta aqui](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

DPMG participa com práticas na 18ª edição do Prêmio Innovare

A Defensoria mineira participa da 18ª Edição do Prêmio Innovare com duas práticas selecionadas pelo instituto: o “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção” e “Observatório de Constitucionalidade e Justiça Tributária”.

A primeira prática, de autoria dos defensores públicos Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, Estevão Machado de Assis Carvalho e Fernanda Cristiane Fernandes Milagres, teve início em 2016 e busca a participação ativa da Defensoria Pública em dois eixos principais: a educação em direitos e a criação/estruturação e ação da Rede de Proteção da pessoa com deficiência.

A prática “Observatório de Constitucionalidade e

Justiça Tributária” também teve início em 2016, de autoria dos defensores públicos Gustavo Dayrell, Cláudio Miranda Pagano, Christiane Neves Procópio Malard e Gério Patrocínio Soares, e consiste em uma ampla identificação e questionamento de tributos inconstitucionais cobrados pelos entes federativos.

As entrevistas foram realizadas pelos consultores Matheus Mendes e Ricardo Viana, que submeterão os relatórios das práticas à Comissão Julgadora. Nesta edição do Prêmio Innovare foram deferidas 634 práticas, sendo que 64 são da categoria “Defensoria Pública”.

[Leia a matéria na íntegra](#)

PUBLICAÇÕES

Revista jurídica traz artigos de estagiários da Defensoria Pública de Minas em Mariana

A Faculdade Presidente Antônio Carlos – FUPAC/Mariana lançou a revista jurídica ‘9ª Coletânea de Ensaios e Artigos sobre Atualidades de Direito’. O material integra os trabalhos de conclusão do curso de Direito. A coletânea inclui artigos produzidos pelas estagiárias da Defensoria Pública de Minas Gerais em Mariana Laís Cláudia Ferreira, Larissa Silva e Karine de Paula Pinheiro, sendo as duas primeiras coorientadas pelo defensor público em atuação na comarca, Luiz Carlos Santana Delazzari.

O artigo “A internação involuntária de dependentes químicos sem prévia autorização judicial: análise a partir da Lei 13.840, de 05 de junho de 2019”, de Laís Cláudia Ferreira, tem a finalidade de abordar internação involuntária de dependentes químicos, à luz da autonomia privada, a partir da Lei nº 13.840/2019, que autoriza a internação de dependentes químicos sem ordem judicial, bastando a determinação do médico responsável pelo tratamento do paciente.

Sob a orientação também do defensor público Luiz Delazzari, o artigo “A Defensoria Pública como pilar da garantia constitucional do acesso à justiça aos hipossuficientes”, elaborado pela estagiária Larissa Silva, abordou a importância da Defensoria Pública e os desafios atuais.

O terceiro trabalho, “O incidente de resolução de demandas repetitivas e o princípio da isonomia: análise de decisões do TJMG”, de Karine Pinheiro, analisa a necessidade de otimizar o andamento dos processos, aliado com a obrigação de prestar um serviço mais rápido para o cidadão sem perder de vista a eficácia e a eficiência.

[Clique aqui para ler a revista jurídica](#)

LGBTQIA+: Condege lança cartilha de apoio com orientações sobre direitos e atendimento

Com o propósito de apoiar a comunidade e ressaltar as atuações das Defensorias Públicas dos Estados para apoio à vítima, o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) lançou, no dia do Orgulho LGBTQIA+ (28/6), a cartilha “Sofreu LGBTIfobia? Procure a Defensoria Pública”.

Lançada com o apoio da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), a cartilha é dividida entre capítulos que destacam a definição de LGBTIfobia, os passos para entender e lidar com essa situação de violência e a forma de atuação das Defensorias Públicas nesses casos.

A “LGBTIfobia” é o termo utilizado para definir as práticas preconceituosas contra pessoas da comunidade LGBTQIA+, motivadas pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A violência enfrentada pode ser psicológica, verbal, institucional ou física. Esse é um ato considerado pelo Supremo Tribunal Federal, desde de junho de 2019, crime equiparado aos crimes de racismo, previstos na Lei nº 7.716/89.

No Brasil, cerca de 20 milhões de pessoas se afirmam parte da comunidade LGBTQIA+. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros são o equivalente a 10% da população brasileira. A Defensoria Pública atua também na defesa dos direitos da população LGBTQIA+, vítima de LGBTIfobia.

[Saiba mais sobre o crime LGBTIfobia e a atuação da Defensoria](#)

[Acesse aqui a cartilha](#)

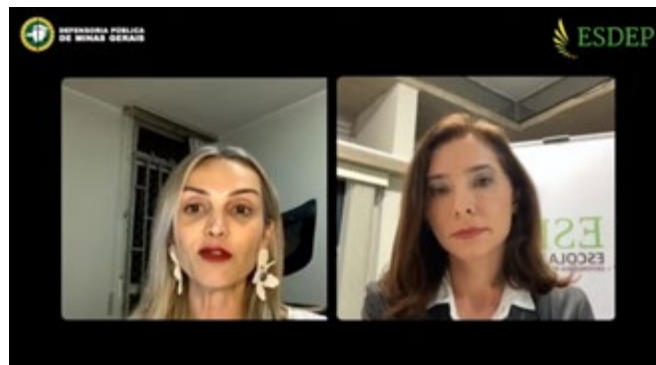
ESCOLA SUPERIOR

Palestra 'Direito de Manifestação e Repressão Estatal' está disponível no canal do YouTube da DPMG

A palestra “Direito de Manifestação e Repressão Estatal”, promovida na quinta-feira (1º/7) pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), de sua Escola Superior (Esdep), já está disponível no canal da Defensoria Pública de Minas no YouTube (c/defensoriamineira).

O encontro contou com a participação da defensora pública de Minas Gerais, titular da Defensoria de Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais, Cleide Aparecida Nepomuceno, e da defensora pública do Rio Grande do Sul, Mariana Py Muniz.

A atividade foi uma iniciativa da Câmara de Estudos de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, que escolheu o tema em função da relevância no momento atual do debate sobre violência estatal.



A live abordou análises acadêmicas e questões jurídicas que envolvem o direito às manifestações populares.

[Clique aqui para assistir](#)

EVENTOS INTERNOS

'Bancos de dados' é assunto de palestra virtual promovida pela DPMG

A defensora pública e coordenadora da Defensoria Especializada em Consumidor, Sabrina Ielo, foi uma das palestrantes do encontro online que discutiu os diferentes tipos de bancos de dados para acesso ao crédito, promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais e a Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep).

A palestra, que aconteceu no dia 29/06, contou também com a participação da advogada do Departamento Jurídico Interno da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), Anne Caroline Cunha Costa.

Modificações trazidas pela PLC60

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Escola Superior (Esdep), promoveu no dia 1º/7 a palestra “Modificações trazidas pela PLC60”. Voltado para os membros e servidores da DPMG, o evento virtual teve como palestrantes o diretor presidente da Prevcom-MG, Armando Bello; o chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda, Reges Moisés dos Santos; e a servidora da Defensoria Pública do Estado, Carla Carvalho, pós-graduada em Finanças Públicas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG). A live foi transmitida pelo Teams e está disponível no sistema “Gerais”, página “Vídeos de Capacitação” em Escola Superior.

ESDEP INFORMA

Lançamento da nova edição do 'Cadernos Estratégicos'

Aconteceu na segunda-feira (28/6) o lançamento da segunda edição da “Cadernos Estratégicos: Análise estratégica de decisões dos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos”. A publicação é produzida pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. A nova edição destaca o resultado das pesquisas desenvolvidas no Programa de Análise Estratégica de Decisões dos Órgãos dos Direitos Humanos e conta com oito trabalhos sobre a atuação da Defensoria no acesso aos direitos e à justiça.

A transmissão do lançamento foi via YouTube pelo canal da Defensoria Pública do Rio de Janeiro com as organizadoras da obra e uma roda de conversa com as autoras da publicação.

CÂMARA DE ESTUDOS

Palestra 'Os conflitos e a comunicação não violenta (CNV)'

A Câmara de Estudos de Tutela das Famílias da Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu no dia 2/7 a palestra online “Os conflitos e a comunicação não violenta (CNV)”, voltado para os defensores públicos e defensoras públicas da DPMG. O evento virtual, transmitido pela plataforma Teams, teve como palestrante o educador, Amauri Machado, formador do curso de “Mediação: Práticas Restaurativas” do Banco do Brasil. A metodologia foi *case* premiado pela Associação Brasileira de Ouvidores, pela Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente e pelo Conselho Nacional de Justiça.



DEFENSORAS (ES),
SERVIDORAS (ES)
E ESTAGIÁRIAS (OS)
DA **DPMG**

LEVEM SEUS
GRANDES
CORAÇÕES
VERDES

PARA DOAREM
SANGUE NO
HEMOMINAS

A **ESDEP** e o **Hemominas** organizaram uma palestra sobre doação de sangue e uma caravana de doações.

 **Participe da palestra**
07/07 .10 horas

Maria Aparecida dos Santos é psicóloga da Equipe de Captação do Hemocentro de BH, responsável pelos serviços de Captação Hospitalar, Educação para Doação e Captação de Doação por Aférese. Transmissão:
www.youtube.com/c/defensoriamineira

 **Caravana DPMG**
Hemominas
9, 16, 23 e 30 de julho

A DPMG levará 10 voluntários em cada dia ao Hemominas. Saída da Sede I, sempre às 9h. Envie e-mail e agende sua doação: projetos@defensoria.mg.def.br

 **Consulte condições e restrições para doação**  www.hemominas.mg.gov.br/doacao-e-atendimento-ambulatorial/doacao-de-sangue/condicoes-e-restricoes

 **FUNDAÇÃO HEMOMINAS**

 **CooproC**
Coordenadoria de Projetos e Convênios

 **ESDEP**
ESCOLA SUPERIOR DE DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

 **DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS**

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](https://www.facebook.com/defensoriamineira)



[c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)



[@defensoriamg](https://twitter.com/defensoriamg)



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Consulta para cooperação voluntária e temporária na 1ª Defensoria dos Juizados – Fazenda Pública

Está aberto edital de consulta para inscrição de defensoras e defensores públicos interessados em cooperarem voluntariamente na 1ª Defensoria dos Juizados/JESP, de 7 de julho a 4 de setembro de 2021, podendo o período ser prorrogado ou antecipado, com uma vaga para o acompanhamento dos processos eletrônicos. **Interessados deverão solicitar inscrição, até as 18h de 5/7/2021**, por e-mail direcionado ao endereço gabinete@defensoria.mg.def.br

[Resolução n. 248/2021](#)

Designação de membros para compor o Conselho Editorial e Conselho de Pareceristas da Revista DPMG

[Resolução n. 242/2021](#)

Defensoria Pública-Geral constitui o Comitê Gestor para implantação e gerenciamento do Sistema Eletrônico de Informações (CGSEI)

[Resolução n. 243/2021](#)

Resolução designa defensores(as) públicos(as) para o Mutirão do Júri de Belo Horizonte

[Resolução n. 244/2021](#)

Implantação do Serviço de Atendimento Processual (SAP) na Unidade de Pouso Alegre

[Resolução n. 245/2021](#)

Expediente e plantão na DPMG nos dias de feriados do 2º semestre de 2021

[Resolução n. 251/2021](#)

SRLI/DPA INFORMA

Atualização do modelo de requisição de materiais de consumo

A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado informa que o modelo de requisição de materiais de consumo foi atualizada, dia 29/6, e encontra-se disponível na aba "Dir. Patrimônio e Almoxarifado" no menu à direita. Só serão aceitos pedidos feitos por meio do novo modelo de requisição.

[Acesse aqui a página.](#)

NOTA DE FALECIMENTO

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento, na segunda-feira (28/6), em Goiânia, do sr. **Angelos Spyrrantonis Katopodis, pai do subdefensor público-geral, Nikolas Stefany Macedo Katopodis**. Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria

Em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) tem como objetivo a proteção de dados relativos a qualquer pessoa física que se encontre no território brasileiro, com impacto em nosso dia a dia.

Para informar e promover a conscientização sobre a LGPD e sua aplicação, uma série de cards de apresentação e dicas estão sendo divulgados periodicamente em canais internos da DPMG. Como estes abaixo:



O QUE É TRATAMENTO DE DADOS ?

É qualquer operação realizada com dados pessoais, incluindo coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.



COMO SE DÁ O TRATAMENTO DE DADOS ?

Tratamento de dados é toda e qualquer operação realizada com dados pessoais. Isso inclui desde a coleta e o acesso a dados de outras pessoas (no momento do preenchimento de uma ficha cadastral, por exemplo), até o armazenamento e processamento desses dados, bem como a transmissão (envio por WhatsApp dos dados pessoais coletados, por exemplo), a transferência, a difusão e, por fim, a eliminação (exclusão ou destruição) dos dados.



O cidadão confia seus dados à Defensoria. Não deixe informações nas mãos de terceiros.

